

JUVENTUDE(S) CONTEMPORÂNEA(S) NO BRASIL: DESCONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO

Samara Willianne Araújo Gomes Silva¹
Gilmar Barbosa Guedes²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo refletir criticamente sobre o conceito de juventude(s), adotando a revisão de literatura como procedimento metodológico e a matriz dialética como instrumento de análise. A fundamentação teórica está ancorada em autores como Abramovay e Castro (2006, 2015), Viana (2015), Sposito (1997) e Melucci (1997), cujos estudos evidenciam a pluralidade das experiências juvenis e os conflitos inerentes à construção simbólica do que se entende por juventude. Parte-se do pressuposto de que a juventude não é uma categoria homogênea, mas uma construção histórica, social e cultural, que assume diferentes formas conforme os contextos e tempos históricos. Por meio de uma matriz dialética, analisam-se as tensões entre permanência e ruptura na conceituação das juventudes, revelando como a noção dominante de juventude como "fase de transição" limita a elaboração de políticas públicas efetivas. A análise histórica, fundamentada em Guimarães e Grinspun (2008), mostra que o conceito de juventude foi ressignificado ao longo dos séculos, desde a Grécia Antiga até à contemporaneidade, assumindo múltiplas interpretações conforme o desenvolvimento social, político e econômico. Neste aspecto, permite identificar contradições entre as concepções legais e as realidades vividas pelas juventudes, destacando os desafios enfrentados por políticas públicas que muitas vezes invisibilizam a diversidade do público jovem. Destaca-se ainda a importância de compreender a juventude não como um estágio biológico, mas como uma categoria socialmente situada, que envolve disputas simbólicas e culturais (Melucci, 1997). Assim, ao adotar o conceito de juventudes no plural, o artigo propõe um olhar ampliado, sensível às distintas trajetórias e condições vividas pelos jovens no Brasil contemporâneo.

Palavras-chave: Juventudes, Categoria, Pluralidade, Sujeitos.

INTRODUÇÃO

A juventude, enquanto categoria histórica e social, tem se configurado como um campo de intensos debates no âmbito acadêmico e político. Longe de ser uma fase da vida compreendida de forma linear e homogênea, sua concepção foi sendo permanentemente construída e reconstruída a partir de diferentes perspectivas teóricas, que a situam ora como fase transitória, ora como potência transformadora da sociedade. Nesse sentido, discutir juventude(s) na contemporaneidade exige reconhecer sua pluralidade e as

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, samara_willianne@outfloo.com.

² Professor orientador: Doutor em Educação e professor associado I da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, gilmar.guedes@ufrn.br.



condições sociais, culturais e históricas que permeiam as experiências juvenis. Por isso, a importância de discutir a temática com vistas a construir novos entendimentos acerca das juventudes e suas existências.

Diante desse cenário, o presente estudo, desenvolvido no âmbito do Mestrado em Educação, tem como objetivo problematizar a concepção de juventude a partir de um olhar crítico sobre as contribuições de autores como Abramovay e Castro, Viana, Sposito, Melucci, entre outros, articulando as reflexões teóricas às transformações sociais que impactaram a constituição desta categoria. Para tanto, adota-se como metodologia uma pesquisa exploratória, de caráter bibliográfico, utilizando a matriz dialética como instrumento de análise das diferentes formas de compreender as juventudes.

METODOLOGIA

Objetivando discutir sobre a concepção de juventude na contemporaneidade, o presente trabalho buscou entender a dinâmica de desconstrução e construção desta categoria histórica que recebeu contribuições das mais diversas áreas de conhecimento, como sociologia, psicologia, antropologia e filosofia. A investigação se constituiu em uma pesquisa de caráter exploratório, com vistas a alcançar os objetivos propostos. Para tanto, utilizou-se como métodos o estudo bibliográfico, com revisão de literatura de obras físicas e/ou eletrônicas, possuindo a matriz dialética como instrumento de análise sobre as definições sobre Juventude abordadas por Abramovay e Castro (2006, 2015), Viana (2015), perpassando ainda pelas ideias de Sposito (1997) em seus escritos sobre a juventude na sociedade moderna e nos estudos de e Melucci (1997) que muito contribuiu para a construção de ideias sobre a juventude no território nacional.

REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo a Política Nacional de Juventude (PNJ) brasileira, a juventude está situada na faixa etária de 15 a 29 anos. No entanto, a juventude, enquanto concepção, é uma categoria que, historicamente, sofreu influências no que diz respeito a sua definição por parte de diversas áreas de conhecimento. Isso significa dizer que, na contemporaneidade, não é possível defender uma perspectiva única de “juventude”, uma vez que neste termo há impregnada a constatação de que a juventude é resultado uma construção histórica e social, permeada por performances que estão, em sua maioria, situadas às experiências e contextos sociais e culturais as quais os sujeitos perpassam



durante sua vida, inclusive por estereótipos, momentos históricos e etc (Abramovay; Castro, 2015, p. 14).

Embora não haja consenso do que venha ser “as juventudes”, enquanto categoria ou grupo social, é evidente que as conceituações que se desenvolvem passam por um longo processo de discussão; o que muitas vezes torna este campo de discussão acalorado e agitado. Neste sentido, enquanto para Pierre Bourdieu (1983) a “juventude é apenas uma palavra”, que através de seus escritos diz que:

As classificações por idade (mas também por sexo, ou, é claro, por classe...) acabam sempre *por impor limites e produzir uma ordem* onde cada um deve se manter em relação à qual cada um deve se manter em seu lugar. (Bourdieu, 1983, grifo nosso).

Para outros a juventude é real, porém sua vivência perpassa por significações que demarcam este estado transitório em que há diferentes maneiras de existir.

Os autores que discutem a temática (Abramovay; Almeida; Castro; Viana; Sposito, etc), concordam que diferentes épocas e culturas estabeleceram distintas formas de compreender e vivenciar a juventude (Abramovay; Castro, 2015, p. 13), logo, esse fenômeno nos leva a reconhecer além da multiplicidade de concepções sobre as juventudes, a importância desta categoria na sociedade contemporânea, que, em muitos aspectos, se torna um "nicho" fundamental nas projeções de mercado e consumo, atualmente. Por isso a necessidade de ter a criticidade para debater a temática, sem perder de vista o viés ideológico que pode estar por traz de cada conceituação.

Um aspecto que nos leva a refletir sobre a temática, foram as revoluções industriais, pois à medida que as sociedades transitaram do rural para o urbano, do agrário para o industrial e, mais recentemente, para a sociedade do conhecimento, o conceito de juventude adquire dimensões inéditas na história da humanidade (Abramovay; Castro, 2006, p. 9), passando por processos de desconstrução no que vem a ser compreendido como a juventude.

Para que haja uma compreensão do que estamos problematizando, de acordo com Abad (2003, citado por Sposito e Carrano (2003):

Os modelos de políticas públicas de juventudes nos países latino-americanos apresentam características comuns, sendo que as primeiras ações (entre 1950 e 1980) que abarcavam a juventude eram voltadas para a *ampliação da educação e o uso do tempo livre*. Entre 1970 e 1985 as políticas buscavam o *controle social de setores juvenis mobilizados, como o movimento estudantil* e os movimentos contra as ditaduras no continente. Entre 1985 e 1990 as ações buscavam *enfrentar a pobreza e a prevenção do delito*. Já entre 1990 e 2000 o foco das políticas passa a ser a *inserção laboral dos jovens* tidos como excluídos ou considerados em situação de vulnerabilidade social (Abad, 2003).



Diante disso, é essencial refletir sobre as diversas concepções de juventude que permeiam não apenas a visão da sociedade atual, mas também os teóricos e estudiosos que se dedicam a temática e que contribuem, através de seus escritos, para as políticas públicas e os programas nacionais que se direcionam a esse público. Neste sentido, Almeida (2008 p. 17) afirma que:

A juventude não deve ser compreendida “apenas pelo critério da faixa de idade, mas, sobretudo como um elemento de mudança, não apenas de personalidade, mas também da própria sociedade, pois é através dela que se renova a sua tradição. (Almeida, 2008 p. 17)

Por isso, este trabalho adota e difunde o conceito de "juventudes", no plural, com o intuito de, em primeiro lugar, destacar e reconhecer as pluralidades das experiências juvenis, que estão diretamente relacionadas às particularidades de vida de cada sujeito jovem. Em segundo lugar, busca refletir sobre a ausência de consenso acerca do que, de fato, constitui a juventude, uma vez que ela pode ser conceituada a partir de diversos aspectos: ora vinculada à faixa etária, ora à temporalidade, ora às expectativas ou perspectivas e projeções sociais, culturais, etc.

Essa diversidade conceitual acerca do que se pode compreender por juventude, portanto, constitui questões centrais no campo de discussão, em que é preciso evidenciar, democratizar e problematizar a temática, tendo como objetivo a construção de um espaço de diálogo entre as teorias, não com o objetivo de padronizar as juventudes, mas, de discutir as concepções dela diante da cultura em geral e daí analisar a questão da desconstrução e reconstrução dos termos. Segundo Viana (p. 35, 2015):

Há uma ideologia da juventude enquanto “futuro”, que está diretamente ligada à apologia ao novo, ao progresso e, por consequência, à ruptura, que busca realizar a superação das tradições [...] considerando a sociedade da qual o termo emerge, está diretamente ligado aos meios oligopolistas de comunicação, ao modismo, à novidade (Viana, p. 35, 2015).

Este tipo de projeção com relação às existências das juventudes constitui, então, um mecanismo perverso que pesa sobre esse grupo apenas no “futuro” quando poderão, então, participar da sociedade, o que demonstra uma fragilidade visto que, hoje, as juventudes possuem potencial de agregar socialmente e pertencer as mais diversas esferas sociais e contribuir com suas ações, assim como merecem (por hoje existirem), políticas públicas que estejam voltadas às suas realidades e necessidades.

Por esta razão, propomos uma desconstrução do termo juventude (no singular), considerando os aspectos que estão inerentes a esta desconstrução (social, cultural, etc), mas que isso se faça de modo crítico, não apenas como forma de alimentar o sistema que



dita e pulveriza suas regras, cultura e costumes para aqueles que, podem vivenciar diferentes formas de “juventudes”, assim como diferentes maneiras de eles se afirmarem como sujeitos, considerando, historicamente, a dependência à organização social e a instituições vigentes, como, por exemplo, a escola, a família, o Estado e, mais recentemente, a mídia (Abramovay; Castro, 2006).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para promover a reflexão sobre as juventudes, na sua desconstrução e reconstrução, após pesquisa bibliográfica e documental em acervos físicos e digitais, a exemplo da Biblioteca Central Zila Mamede – BCZM/UFRN; do portal Periódicos; Atlas da Juventude; do IBGE e Banco de Teses e Dissertação - CAPES, verificou-se uma significativa produção científica sobre as juventudes. A leitura e análise dos materiais reunidos, permite-nos criar o seguinte quadro análise, com base nas discussões de Guimarães; Grinspun (2008):

Quadro 1 - Análise contextual - Juventude na história da humanidade

Período	Contextualização
Grécia antiga até o século V:	A filosofia da Grécia antiga era centrada em Homero, Sócrates, Platão e Aristóteles. A sociedade era organizada em torno do efebo, mas o modelo de vida era baseado na figura do homem maduro que educava e guiava os mais jovens, conforme Ortega y Gasset (1987).
Roma antiga:	Na Roma antiga, desde a fundação de Roma em 753 a.C., destacam-se pensadores como Lucrécio, Cícero, Sêneca e Quintiliano. Durante o governo de Augusto, meninos de 16 anos pertenciam à classe dos “príncipes da juventude” .



Idade Média (séculos VI e VII):	Na Idade Média, as idades eram divididas em infância, puberdade, adolescência e juventude, com a maturidade política aos 40 anos, quando o homem atingia o fim da "idade dos perigos" .
Século XVIII e Rousseau:	No século XVIII, com J. J. Rousseau, surge uma visão sociológica da juventude. A juventude é caracterizada pela execução das ideias dos adultos, sendo uma fase em que os jovens ainda não afirmam sua própria identidade .
Final do século XIX e adolescência:	No final do século XIX, com o avanço da sociedade capitalista e industrial, surge o termo "adolescência" nas classes burguesas, marcando a fase entre a infância e a maturidade, e caracterizando uma juventude que busca amadurecimento precoce e sente vergonha de sua condição juvenil.

Fonte: Guimarães; Grinspun (2008), (autoria própria (2025)).

No entanto, espera-se, através do presente artigo pensar a possibilidade de se problematizar a conceituação, tendo a sensibilidade de perceber e de pensar as juventudes, como menciona Abramovay; Castro (2006), não apenas como uma fase de transição, de ressocialização, e de ajustamento aos papéis da idade adulta. Como um determinado lugar em que todo sujeito vai alcançar. É preciso evidenciar os diferentes caminhos que as juventudes podem percorrer, e isso requer, então, considerar o grupo na sua pluralidade e pensar alternativas para sua emancipação.

Em se falando de conceituação, na contemporaneidade, pode-se dizer que há uma transição, que diz respeito ao modo como se dá a passagem da infância para juventude, sua duração e características, essas que têm variado nos processos concretos e nas formas de abordagem dos estudos que tradicionalmente se dedicam ao tema (Sposito, p. 38, 1997).

Do exposto, para Sposito (p. 39, 1997), pode haver uma sistematização com relação a este objeto de estudo que indicam uma construção, a saber: Juventude como um conjunto social derivado de uma determinada fase da vida e Juventude como parte de um universo mais amplo e diversificado das diferentes situações de classe. Neste aspecto, cabe dizer que, não só a juventude, mas a sociedade como totalidade não é tradução monolítica de um poder dominante e de regras culturais na vida das pessoas, mas um



campo interdependente construído por conflitos e preenchidos por significados culturais (Melucci, p. 6, 1997).

A juventude para Melucci (p. 13, 1997), deixa de ser uma condição biológica e se torna uma definição simbólica, por assumirem culturalmente características que estão (atualmente) ligadas à vivências juvenis: mudanças e transitoriedade, tornando, por exemplo, transitórias as decisões profissionais e existências. Essa concepção nos leva a refletir que, na sociedade contemporânea, diferentes grupos formados pelo que a teoria chamada de “sujeitos juvenis”, podem vivenciar antagônicas formas de viver a juventude.

O comportamento, por outro lado, é o indicador que mais gera polêmicas. Como categoria social, a juventude só pode ser compreendida se for historicamente situada; é por isso que, se na década de 1950, eram considerados delinquentes por natureza, nas décadas de 1960 e 1970, o Brasil olhava para seus jovens como agentes da transformação e, portanto, de subversão. Depois dos anos de chumbo, seja por patologia ou individualismo, eram acusados de rejeitar sua tarefa histórica, contrastando com a geração anterior; eram os depositários da tese do “fim da História” (Abramo, 1997).

A concepção de juventude também se depara com desafios ao tratar do “período da juventude”. Embora tenha sido construído ao longo da história diversos períodos, hoje, no Brasil estudos desta natureza optaram por adotar a faixa etária de 15 a 29 anos, conforme definido pelo Estatuto da Juventude de 2013 (Brasil, 2013).

No entanto, para qualquer estudo que se faça em que a temática são “as juventudes” é necessário reconhecer os limites dessa escolha. Sendo necessário construir e democratizar o entendimento de que as condições sociais que moldam os ciclos de vida em sociedades como a brasileira frequentemente antecipam o início da vida juvenil para antes dos 15 anos, especialmente entre setores empobrecidos, onde características como autonomia e inserção precoce no mundo do trabalho tornam-se um horizonte imediato (Sposito, 1997, p. 39). Essa delimitação etária, então, pode ser enganosa se sugerir uma determinação natural dessas etapas ou uma concepção universal, homogênea e estável (Chamboredon, 1985, p. 19).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise empreendida ao longo deste trabalho evidencia que as juventudes não podem ser apreendidas em sua totalidade por uma definição única ou universal, uma vez que se constitui como categoria em permanente transformação e pluralidade. As leituras



de diferentes autores permitem compreender que a juventude é atravessada por marcadores sociais, culturais e históricos que produzem múltiplas formas de vivê-la, o que justifica a adoção do conceito de “juventudes”.

Nesse percurso, foi possível constatar que a compreensão restrita das juventudes apenas como fase de transição representa um perigo, pois tende a invisibilizar a diversidade de experiências e demandas que emergem deste grupo social. Assim, reafirma-se a necessidade de uma leitura crítica e plural sobre as juventudes, que as reconheça como sujeitos históricos e cidadãos no presente, e não apenas como promessa de futuro.

Por fim, este estudo contribui para o fortalecimento de um campo de debate que, ao problematizar as concepções de juventudes, favorece a construção de ideias mais inclusivas, que dialoguem com a complexidade das realidades juvenis na contemporaneidade brasileira.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M. e CASTRO, M. (org.) Juventude, Juventudes, o que Une e o que Separa. Brasília, UNESCO, IBOPE, 2006. Disponível em:

<https://www.precog.com.br/bc-texto/obras/ue000185.pdf>

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. Ser jovem no Brasil hoje: políticas e perfis da juventude brasileira. **Juventudes no Brasil**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 13-23, jul. 2015. Disponível em:

https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/203/1/ABRAMOVAY_CASTRO_serjovem_2015.pdf. Acesso em: 12 jul. 2025.

ALMEIDA, Maria Isabel Mendes. Buscas de si: expressividades e identidades juvenis.

In: EUGENIO, Fernanda (orgs.). Culturas jovens: novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. p.07 – 21.

BOURDIEU, Pierre(1930–2002). A “juventude” é apenas uma palavra. In: BOURDIEU, Pierre. Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 112 – 121. Disponível em:

https://monoskop.org/images/e/e8/Bourdieu_Pierre_Quest%C3%B5es_de_Sociologia_2003.pdf

CARDOSO, Irene. A geração dos anos de 1960: o peso de uma herança. **Tempo Social**, [S.L.], v. 17, n. 2, p. 93-107, nov. 2005. FapUNIFESP (SciELO).

<http://dx.doi.org/10.1590/s0103-20702005000200005>. Disponível em:



<https://www.scielo.br/j/ts/a/BSVVw9SLHbrmnYNRgGtMjJp/?lang=pt>. Acesso em: 12 out. 2024.

CARRANO, Paulo César Rodrigues. Jovens e participação política. In: SPOSITO, Marília. **Juventude e escolarização** (1980/1998) (Org.). Série Estado do Conhecimento. Brasília,DF: MEC/INEP, 2000.

CHAMBOREDON, Jean-Claude, (1985). Adolescence et post-adolescence: já ‘juvénisation’. In: ALEON, MORVAN, LÉBOVICI. **Adolescence terminée, Adolescence interminable**. Paris: PUF.

GUIMARÃES, G. G.; GRINSPUN, M. P. S. Z. Revisitando as origens do termo juventude: a diversidade que caracteriza a identidade. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 31., 2008, Caxambu. Anais [...] Caxambu, 2008. Disponível em: Disponível em: <http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT20-4136--Int.pdf> . Acesso em: 27 mar. 2025. [Links]

MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. In: Revista Brasileira de Educação – ANPED – Juventude e contemporaneidade. N. 5 e n. 6, p. 05 – 14, maio/dez. 1997. Número Especial.

SPOSITO, Marília Pontes. Estudos Sobre juventude em educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 5, p. 37-52, ago. 1997

VIANA, Nildo. **Juventude e Sociedade**: ensaios sobre a condição juvenil. São Paulo: Giostrri Editora, 2015. 127 p.

